

O Enigma da estável desigualdade de renda no Brasil

País Rico, Povo Pobre

João Carlos Mendonça Didier Silva Peixe

Mestrando em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

168

RESUMO: O objetivo deste artigo é demonstrar a encruzilhada em que está a sociedade brasileira. O Brasil, país rico, atualmente o quinto PIB mundial não consegue distribuir renda com justiça, o que fica evidenciado pelo alto coeficiente de GINI apresentado no artigo. Para o povo brasileiro fica a expectativa de que em se reduzindo a extrema pobreza, via políticas públicas de transferência de renda, possa-se um dia chegar a uma sociedade menos desigual. Lançamos mão de artigos e obras de autores que tem uma vida debruçada sobre a doutrina marxista, para levantar uma reflexão sobre a atualidade do pensamento de Karl Marx. Enfim, poderemos constatar que a dialética não morreu, ao contrário, nos deparamos contemporaneamente a árdua missão de reler e aplicar as teorias outrora imaginada pelo intelectual alemão.

Palavras-chave: Karl Marx, Dialética, Trabalho, Pobreza, Desigualdade.

ABSTRACT: The purpose of this article is to demonstrate the crossroads which is the Brazilian society. The rich country, Brazil, currently the fifth world GDP cannot distribute income with justice, which is evidenced by the high GINI coefficient presented in the article. For the Brazilian people is the expectation that in reducing extreme poverty, via income transfer public policies, may one day reach a society less unequal. We hand of articles and works of authors who have a life perched on the Marxist doctrine, to raise a reflection about the actuality of the thought of Karl Marx. Anyway, we can see that the dialectic not died, on the contrary, we simultaneously the arduous task of rereading and apply theories once imagined by the German intellectual.

Keywords: Karl Marx, Dialectic, Work, Poverty, Inequality

1 - Introdução

A sociedade mundial atual, diante das altas taxas de desemprego e uma reconfiguração do mercado de trabalho -com tendências de redução dos postos de trabalho; com altaflexibilização da mão-de-obra; passando por envelhecimento demográfico, que pressiona as despesas com aposentadoria e saúde;dotada de um inadequado sistema de proteção social - depara-se com a crescente necessidade de discutir novas propostas de políticas sociais de enfrentamento à pobreza.

169

As transformações que vêm ocorrendo na economia mundial apresentam repercussões relevantes na sociedade salarial, gerando profundos impactos na economia do trabalho. Os núcleos destas transformações:

- A redução dos postos de trabalho através da introdução de novas tecnologias e do pouco investimento governamental na produção,
- Aflexibilização das leis do trabalho,
- Aprecarização nas condições de trabalho, inclusive com uma expansão do setor informal,
- O nível de desemprego crescente e
- A terceirização.

Para Ramos (1994), a crise na qual vivemos se revelou muito mais estrutural do que conjuntural, pois as economias tiveram duas tendências de longo prazo.

A primeira é a incorporação de novas tecnologias, elevando a produtividade e demandando cada vez menos mão-de-obra. Atrás deste aspecto quantitativo existe também o qualitativo, onde os requerimentos de qualificação da mão-de-obra são cada vez maiores, dificultando que a grande massa de desempregados possa ingressar no mercado de trabalho.

A Segunda tendência do novo contexto econômico é a globalização do mercado, afetando diretamente as economias nacionais na capacidade de regulação e implementação de políticas públicas. Os clássicos instrumentos de política econômica encontram limites frente à globalização do mercado, pois esta somente vislumbra uma única variável, a elevação da competitividade. A competitividade, no entanto, pode ser obtida pela incorporação de novas tecnologias e/ou pela redução nos custos de mão-de-obra, forçando a redução dos salários reais e/ou dos encargos sociais (RAMOS, 1994).

Historicamente, os sistemas de proteção social que ganharam grande importância foram fundados pelas sociedades capitalistas européias, os *WelfareStates*, onde Estado tem responsabilidade de garantir o bem-estar dos cidadãos.

Os *WelfareStates* se desenvolveram com base na inspiração Keynesiana. A filosofia social de Keynes, que deriva sua Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda (1936), propõe a redistribuição da renda para aumentar a propensão a consumir das pessoas, incrementando a demanda efetiva, elevando o nível de emprego e minimizando as consequências sociais de uma depressão econômica. Nos *WelfareStates*, a redistribuição da renda se dá de forma indireta, através de um conjunto de programas de seguridade social.

Os principais pilares de sustentação do *WelfareStates* durante seu período de maior crescimento (1948-73) foram:

- O crescimento econômico,
- O elevado nível de emprego e
- A estabilidade das unidades familiares.

No entanto, nas economias abertas e globalizadas de hoje, alguns elementos econômicos e sociais que propiciaram a emergência do *Welfare* estão desaparecendo. Um deles é o “pleno emprego”, que vem sendo destruído pela hegemonia da técnica (CAMPINEIRO, 1996).

Segundo Ozanira Silva (1996):

“Antes, a produção se realizava graças à formação de emprego (trabalho vivo), constituindo-se este na fonte essencial de renda. Com o desenvolvimento tecnológico, a produção pode realizar independente do trabalho humano, permitindo que a constituição das rendas se desvincule, mais e mais, da atividade produtiva” (SILVA E SILVA, 1996, p.10).

Dado os argumentos apontados, entendo o debate sobre as políticas de enfrentamento à pobreza, como um leque de ações propositivas, virtualmente convergentes, nas tentativas de abolir definitivamente as mínimas carências vitais no

contexto de uma nova realidade econômica e social. Levando em conta a inoperância dos antigos sistemas de assistência social, em face das novas realidades.

2 - A Pobreza

Maria Ozanira da Silva e Silva (2010) divide sua categorização de pobreza em estrutural e relativa, afirma a autora:

“O pressuposto da carência, da escassez de meios de subsistência é recorrentemente utilizado para qualificar a pobreza estrutural e a desvantagem em relação a um padrão ou nível de vida dominante, pobreza relativa (SILVA, 2003, p. 234 APUD SILVA, 2010, P. 157).”

171

Sobre a emergência, persistência e ampliação da pobreza a níveis globais, afirma Ozanira:

“... sua redução ou regulação é considerada necessária para permitir a manutenção do sistema de produção capitalista.” (SILVA, 2010, P. 157).

Segundo José Paulo Netto (2007), a mensuração da pobreza envolve questões de natureza teórico-política e de ordem técnico-instrumental.

Netto (2010) afirma que mesmo a mais generosa metodologia de medição da pobreza denominada “pobreza relativa”, que considera pobres aqueles cuja renda é inferior à metade da renda média,....:

“...apontam para estimativas surpreendentes para quem pensa a pobreza como algo pertinente apenas ao que no passado recente se designou por “Terceiro Mundo”: com aquele critério, no fim dos anos 80 do século XX existiam 15% (ou seja: 50 milhões) de pobres entre a população da União Européia; e fontes oficiais da mesma União Européia indicavam que, em 1994, 11,8% das famílias viviam em situação de pobreza.

Enfim, trabalhando sobre dados oferecidos pelo PNUD em 1998, dois estudiosos observaram que os países da OCDE têm mais de CEM milhões de

peessoas vivendo abaixo do patamar estabelecido na meia-mediana da renda individual média disponível (SALAMA e DESTREMAU, op. cit., pp. 93-94 APUD NETTO, 2007, pp. 141-142).

Um método de medição de pobreza foi proposto no estudo “Novas Medidas da Pobreza Global” (Ipea, 2007), elaborado pelo economista indiano Nanak Kakwani, diretor do Centro Internacional de Pobreza, e pelo economista Hyun Son, também do centro, um braço do PNUD com sede em Brasília. O texto critica a metodologia usada pelo Banco Mundial para definir quem é pobre, por ela não levar em conta a variação das necessidades básicas da população de país para país. Nesse sentido, sugere uma fórmula alternativa, baseada em uma cesta de bens e serviços definida para cada nação.

172

Segundo Nnak Kakwani, em entrevista a Lia Vasconcelos, editada na Revista Desafios Ipea (2007):

“Há muitas questões envolvidas na pobreza. Uma delas é a mensuração e o monitoramento. Precisamos ter uma linha de pobreza para identificar quem são os pobres. Essa mensuração é uma tarefa complexa porque tem de levar em conta muitos fatores que influenciam no bem-estar das pessoas. Em primeiro lugar, todas as pessoas têm necessidades diferentes, necessidades que devem entrar nesses cálculos.” (IPEA, 2007, desafios/ &id=1339)

Segundo Kakwani (2007) pessoas de idades e gêneros distintos precisam consumir diferentes quantidades de energia para se manter adequadamente nutridas.

Pessoas mais velhas precisam gastar mais com a saúde, enquanto as crianças precisam de mais dinheiro para a educação. Kakwani e sua equipe desenvolveram uma metodologia para delimitar as linhas de pobreza levando em conta essas necessidades especiais. Também desenvolveram uma metodologia para calcular a pobreza global. Estimaram que existia no mundo 1,4 bilhão de pessoas vivendo na mais absoluta pobreza. Estimativas do Banco Mundial davam conta de que esse número seria de 1,1 bilhão de pessoas. O Banco Mundial chegou a essa estimativa baseado numa linha de pobreza ad hoc (para esse fim) definida pela sobrevivência com 1 dólar por dia. A

metodologia adotada pela equipe de Kakwani é superior e está baseada nas necessidades nutricionais que uma pessoa tem.

Pelo método de medição da pobreza proposto por Kakwani, que procura identificar prioritariamente se as pessoas conseguem se alimentar adequadamente, a proporção de pobres aumenta em todos os continentes em comparação à taxa do Banco Mundial — que calculava a proporção de pessoas com renda diária inferior a US\$ 1 PPC (paridade do poder de compra, taxa que desconta as diferenças de custo de vida entre os países). A maior diferença entre os dois indicadores está no Oriente Médio e Norte da África, onde, pelo critério do Banco Mundial, há 6,95 milhões de pobres em 2001, e, pela metodologia proposta por Kakwani, 12,1 milhões — uma diferença de 74%.

No Brasil são utilizados os conceitos de pobreza absoluta e pobreza extrema. As linhas de pobreza absoluta e pobreza extrema utilizadas no Brasil foram estabelecidas pelo critério de rendimento médio domiciliar *per capita*, respectivamente, de até meio salário mínimo mensal e de até um quarto de salário mínimo mensal. (Comunicados do IPEA n. 58, 13/07/2010)

Segundo Ozanira (2010), abordagens “culturalistas” e de inspiração liberal tentam definir rumos ao enfretamento da pobreza. Contudo, a autora entende que as abordagens estruturais constituem campo mais fértil para sua explicação e combate.

Segundo Ozanira (2010):

“... o sistema de produção capitalista, centrado na expropriação e na exploração para garantir a mais valia, e a repartição injusta e desigual da renda nacional entre as classes sociais são responsáveis pela instituição de um processo excludente, gerador e reproduzidor da pobreza, entendida enquanto fenômeno estrutural, complexo, de natureza multidimensional, relativo, não podendo ser considerada como mera insuficiência de renda. É também desigualdade na distribuição da riqueza socialmente produzida; é não acesso a serviços básicos; à informação; ao trabalho e a uma renda digna; é não participação social e política. Esse entendimento permite desvelar valores e concepções inspiradoras das políticas públicas de intervenção nas situações de pobreza e as

possibilidades de sua redução, superação ou apenas regulação.” (SILVA, 2010, P. 157).

3 – O Enfretamento da Pobreza

Sobre a pobreza, afirma Netto (2007):

“O desenvolvimento plurissecular do “capitalismo real” (isto é, do capitalismo tal como ele se realiza efetivamente, e não como o representam seus ideólogos) é a demonstração cabal e irretorquível de que a produção capitalista é simultaneamente produção polarizadora de riqueza e de pobreza (absoluta e/ou relativa). *Ainda se está por inventar ou descobrir uma sociedade capitalista _ em qualquer quadrante em qualquer período histórico _ sem o fenômeno social da pobreza como contrapartenecessária da riqueza socialmente produzida.*” (Netto, 2007, p. 143)

174

Dado, como nos afirma José Paulo Netto, ser a pobreza contrapartida constituinte do sistema capitalista real global, é parte integrante do processo de equalização social o seu enfretamento. Sem o qual estaria o próprio sistema capitalista em risco, visto que até mesmo o homem tem seus limites, sendo o primordial a garantia de manter-se vivo. Além de seus próprios limites mínimos de subsistência, necessita também o sistema capitalista de mão-de-obra suficiente para fazer girar a engrenagem.

Abordaremos o enfretamento da pobreza pelo viés das Políticas de Transferência de Renda, políticas fundadas numa perspectiva pactual, que possibilita manter minimamente as relações sociais numa ambiência “pacífica”, dando aos usuários a possibilidade de manter a matéria humana em condições de inserção em um Mercado de Trabalho marcadamente usurpador da dignidade.

Podemos definir Política de Transferência de Renda como sendo uma transferência monetária por parte do Estado, a indivíduos ou famílias, tendo como finalidade garantir direitos mínimos individuais como, a saúde, a educação e a cidadania (AMARAL, 1998).

4 – O Enfretamento da Pobreza no Brasil

No Brasil a crítica à eficácia das políticas sociais sempre foi alta, as políticas compensatórias nunca atenderam adequadamente os mais pobres. Não houve, através da implementação destas políticas sociais ou assistencialistas, uma modificação estrutural na reprodução intertemporal da pobreza. Ou seja, não se atuou diretamente em variáveis como saúde, educação, acesso aos serviços públicos, política nutricional, etc. O sentido principal dos Programas de Transferência de Renda é, desta forma, transferir renda diretamente àqueles que durante sua vida permaneceram em um padrão de exclusão social, e estão alijados do exercício da cidadania. (Direitos Sociais, Marshall, T. H. – 1967).

As Políticas de Transferência de Renda no Brasil justificam-se a partir de três principais argumentações:

A primeira diz respeito ao direito dos cidadãos. Ao definirmos uma política social no âmbito do direito à cidadania, haverá uma relação do Estado com o indivíduo, eliminando as práticas partidárias e de clientelismo por parte de alguns políticos. A democracia terá dado um passo para frente, pois os recursos públicos deixariam de serem utilizados em alguns casos, como ferramentas da campanha eleitoral.

A Segunda surge da segmentação da sociedade brasileira; inclusive do mundo do trabalho. As pessoas que trabalham no setor informal não dispõem da maioria dos benefícios daqueles assalariados do setor formal, como por exemplo: seguro desemprego, fundo de garantia, plano de saúde, entre outros. Faz-se necessária à intervenção do Estado, permitindo que os beneficiários do setor não formal possam ter uma adequada cobertura social. (RAMOS, 1994)

A terceira e última justificativa diz que a transferência de renda funciona como um instrumento de melhoria na distribuição de renda de curto e longo prazo. O acréscimo na renda de curto prazo é facilmente percebido com a transferência do benefício para a família pobre ou extremamente pobre.

Já a elevação da renda de longo prazo acontecerá se a renda mínima estiver vinculada a fatores que geram mudanças estruturais na sociedade, como por exemplo, a educação, o treinamento pessoal, o emprego e a qualidade de vida (saúde, acesso a serviços públicos, etc).

Evolução da taxa de pobreza por região e estados da federação no período da estabilidade monetária (1995 –2008), tem relação com a diminuição dos índices de Gini que medem as desigualdades de renda no Brasil.

Segundo dados do Comunicado n. 58 do Ipea / 2010:

- 12,8 milhões de pessoas saíram da condição de pobreza absoluta / taxa nacional dessa categoria de pobreza caiu 33,6%, passando de 43,4% para 28,8%.
- 13,1 milhões de pessoas saíram da condição de pobreza extrema / taxa nacional dessa categoria de pobreza caiu 49,8% passando de 20,9% para 10,5%.
- Diminuição generalizada nas taxas de pobreza absoluta e extrema entre 1995 e 2008 não ocorreu de forma uniforme entre as grandes regiões geográficas e estados do País. (Comunicado IPEA número 58, p. 3 de 13/07/2010).

176

Desde o Real, a pobreza caiu 67,3%. Só em 2010, a queda foi de 16%. O avanço na redução da desigualdade nos últimos 17 anos é comparável a uma evolução que supera, em termos percentuais, a primeira meta do milênio da ONU, que é reduzir em 50% a pobreza no prazo de 25 anos.

De 1º de julho de 1994 – início do Real – a 31 de dezembro de 2002 – fim do governo Fernando Henrique Cardoso – a pobreza caiu 31,9%. Na era Lula – janeiro de 2003 a dezembro de 2010 – a redução foi de 50,6%.

As desigualdades regionais para as taxas de pobreza absoluta e extrema (1995 – 2008) podem ser captadas na tabela 1, abaixo:

Desigualdades regionais para as taxas de pobreza no Brasil	Região Sul (queda %)	Região Sudeste (queda %)	Região Nordeste (queda %)	Região Centro-Oeste (queda %)	Região Norte (queda %)
Taxa de pobreza absoluta	47,1	34,8	28,8	12,7	14,9
Taxa de pobreza extrema	59,6	41,0	40,4	33,7	22,8

Tabela 1: Evolução das taxas de pobreza para medição das desigualdades regionais no Brasil 1995 - 2008
Fonte: Comunicado IPEA número 58 (Págs. 3 e 4) de 13/07/2010.
Formatação: João Carlos Peixe

No Nordeste, a renda do brasileiro, no período de 2001 a 2009, subiu 41,8%, contra 15,8% no Sudeste. Comparando os extremos do Brasil, a renda sobe 46,8% no Maranhão – inicialmente o estado mais pobre do país – contra 7,2% em São Paulo, o estado mais rico em 2001.

Os pesquisadores também se debruçaram sobre as capitais, e constataram que em Teresina, com 56,2% de crescimento, teve o maior aumento de renda. Fortaleza foi a cidade que obteve o maior crescimento de renda nas áreas periféricas, alcançando 52,3%. Comparando esses números com São Paulo, a pesquisa encontrou, na capital, 2,3% de elevação, com 13,1% de aumento na periferia. O padrão de maior aumento nas periferias, em relação à capital, se reproduziu em sete das nove grandes metrópoles brasileiras.

Mesmo assim, registrando os maiores crescimentos de renda percentuais no período assinalado, os maiores contingentes de pobres e miseráveis continuam residindo na região nordeste do Brasil, como apontam os gráficos 1 e 2 abaixo:

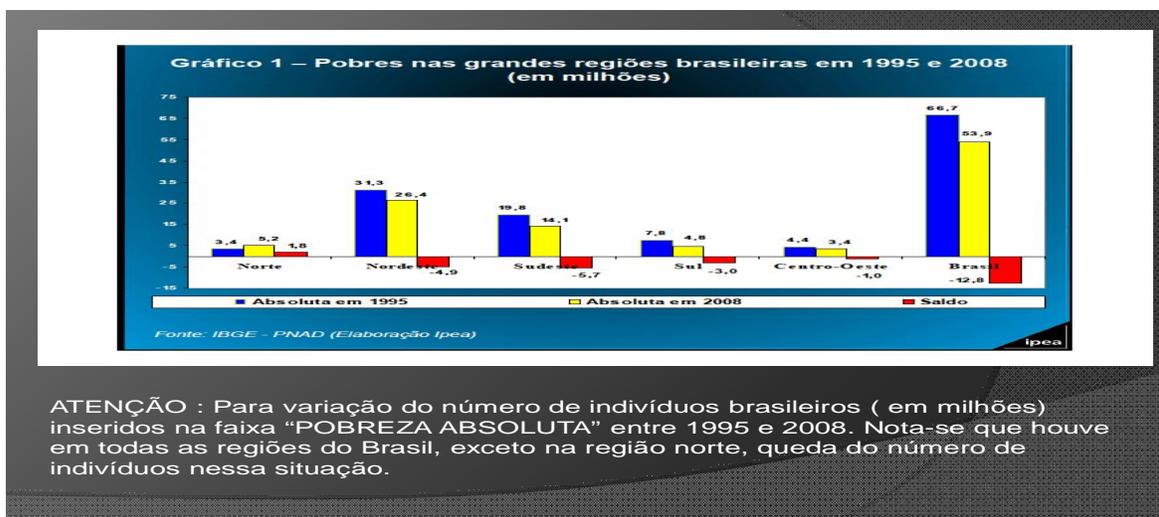


Gráfico 1: "Gráfico 1" Pobres, Pobreza Absoluta, nas grandes regiões brasileiras entre 1995 e 2008.

Fonte: Comunicado IPEA número 58 (Págs. 3 e 4) de 13/07/2010.

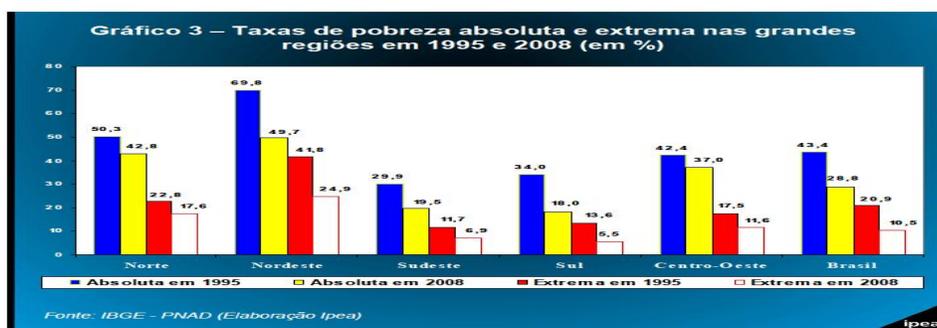


ATENÇÃO : Para variação do número de indivíduos brasileiros (em milhões) inseridos na faixa "POBREZA EXTREMA" entre 1995 e 2008. Nota-se que houve em todas as regiões do Brasil, exceto na região norte, queda do número de indivíduos nessa situação.

Gráfico 2: "Gráfico 2" Pobres, Pobre Extrema, nas grandes regiões brasileiras entre 1995 e 2008.

Fonte: Comunicado IPEA número 58 (Págs. 3 e 4) de 13/07/2010.

O gráfico 3, abaixo, nos mostra a queda das taxas de Pobreza Absoluta e Pobreza Extrema, registradas nas grandes regiões do Brasil entre 1995 e 2008. As desigualdades registradas no tipo de desenvolvimento denotam modelos de crescimento econômico díspares, revelando uma assimetria que distingue um "Brasil Rico" de um "Brasil Pobre". Um Brasil pautado pela alta concentração de Renda e outro que sobrevive da renda gerada por políticas de transferência de rendagovernamentais. É importante frisar que no interior das regiões denominadas "ricas", desenvolve-se a mesma lógica desigual de distribuição, contudo com maior capacidade de erradicar a extrema pobreza, eliminando a miséria, pelo menos conceitualmente.



NOTAS:
Pobreza Absoluta (PA) e Pobreza Extrema (PE) nos estados: Elevada assimetria no comportamento das taxas de pobreza quando considerado o conjunto da federação.

(Pag.4)

Gráfico 3: "Gráfico 3" Taxas de Pobreza Absoluta e Pobreza Extrema nas grandes regiões brasileiras entre 1995 e 2008.

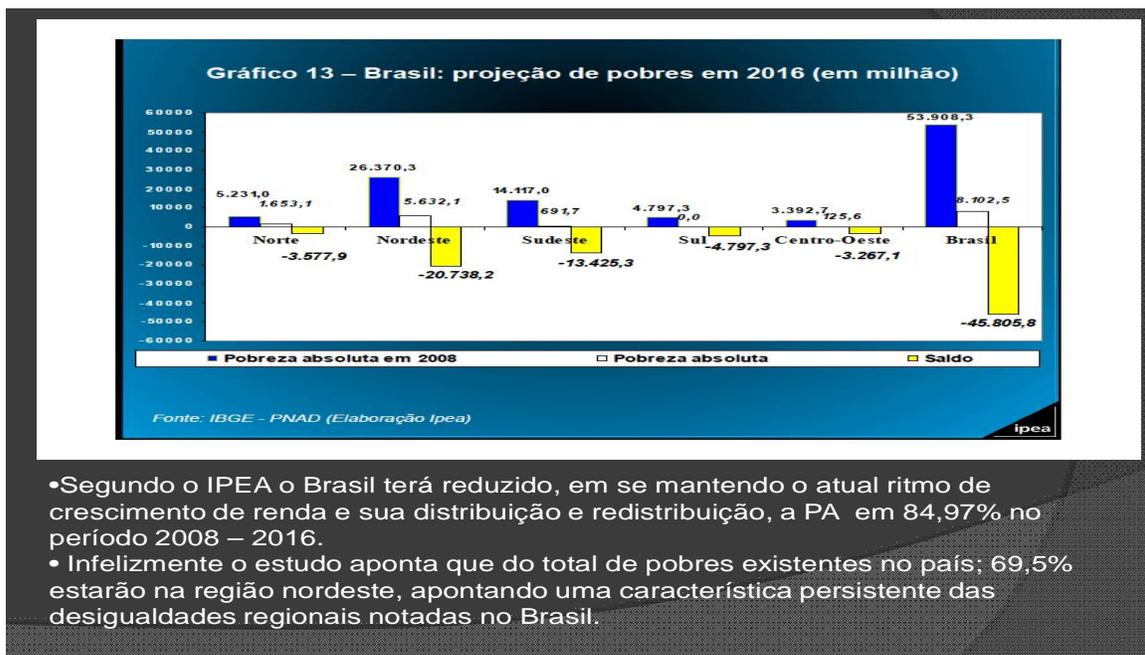
Fonte: Comunicado IPEA número 58 (Pág. 5) de 13/07/2010.

O Comunicado número 58 do Ipea (2010) nos diz:

“Tendo em vista o comportamento positivo de queda nas taxas de pobreza observado durante o regime de estabilidade monetária, passa-se a considerar a possibilidade de o Brasil vir a superar a condição de pobreza extrema e reduzir sensivelmente a taxa de pobreza absoluta nos próximos anos. Quando se projeta no tempo a redução nas taxas de pobreza absoluta (3,1 pontos percentuais) e extrema (2,1 pontos percentuais) alcançada no período de maior registro de sua diminuição recente (2003-2008), pode-se inferir que em 2016 o Brasil terá superado a miséria e diminuído a 4% a taxa nacional de pobreza absoluta.” (Comunicado IPEA número 58, p. 11 de 13/07/2010).

179

O gráfico 4, abaixo, nos mostra uma projeção de possível cenário para o Brasil, no que diz respeito à Pobreza Absoluta.



- Segundo o IPEA o Brasil terá reduzido, em se mantendo o atual ritmo de crescimento de renda e sua distribuição e redistribuição, a PA em 84,97% no período 2008 – 2016.
- Infelizmente o estudo aponta que do total de pobres existentes no país; 69,5% estarão na região nordeste, apontando uma característica persistente das desigualdades regionais notadas no Brasil.

Gráfico 4: “Gráfico 13” – Projeção para o número de pobres, em milhões, para o Brasil em 2016.

Fonte: Comunicado IPEA número 58, Pág. 13 de 13/07/2010.

5 – Desigualdades sociais em ambiente global capitalista

O processo global dissemina e gera um mundo com um nível de riqueza sem precedentes. A democracia se instala como o único sistema político aceitável, além da informação circular cada vez mais facilmente ao redor do globo.

De acordo com Netto (2007):

“Numa sociedade capitalista (mais precisamente: numa formação econômico-social capitalista nacional), o crescimento econômico *pode* contribuir para a redução da pobreza (no sentido marxista de *pauperização absoluta*).” (Netto, 2007, p.144)

Contudo afirma Netto (2007), citando Salama e Demestru (1999), dependendo:

“...por um lado, [da] amplitude do crescimento e [da] sua duração, por outro, [da] importância da pobreza, [da] distância entre linha de pobreza do rendimento médio dos pobres e distribuição da pobreza entre os pobres. Esta evolução poder ser contrariada ou ampliada através de três fatores suplementares: o crescimento não acarreta espontaneamente um crescimento homotético do conjunto dos rendimentos, uma política de redistribuição de renda pode ser implantada e as variações da taxa de inflação afetam, de maneira diferente, os grupos familiares”. (Netto, 2007, p.144)

Segundo Amartya Sen (1999), problemas como a fome endêmica, extrema pobreza, falta flagrante de liberdade e regimes autoritários ainda persistem.

Para Sen, o desenvolvimento tem que estar aliado às liberdades, e considerar estes dois cenários como distintos, seria um erro fatal da economia atual.

Na teoria econômica tradicional, o desenvolvimento de um país é medido por seu PIB, que, dividido per capita, mostra o grau de riqueza alcançado por seus habitantes. Como o PIB é a medida do desenvolvimento, a elevação deste passa a ser considerada a meta fundamental de qualquer governo, de maneira que começam a surgir posicionamentos radicais, como o que afirma, por exemplo, que instituições como

Democracia, Direitos Civis, e Liberdade Individual atrapalham o desenvolvimento por não permitir a expansão econômica em seu grau máximo. Tal radicalismo aponta no sentido de que os países em desenvolvimento não poderiam desfrutar de medidas justas e igualitárias até que atingissem um grau de PIB per capita apropriado. Ou a de que os habitantes destes países não se importam (ou não têm razões para se importar) com tais instituições, visto que o que é mais urgente para eles seria a conquista da riqueza.

Segundo Sen (1999), isto gera distorções absurdas. Enquanto, por exemplo, os Estados Unidos são de longe a nação mais rica do mundo, um homem negro americano tem uma expectativa de vida inferior a um homem chinês, um costarriquenho, ou um habitante do estado de Kerala, na Índia. Isto invariavelmente leva à pergunta: Afinal, de que adianta um modelo de desenvolvimento baseado na riqueza econômica se isto não se reflete na melhoria das condições de vida das pessoas? Para Sen (1999), essas distorções apontam para um novo modelo de desenvolvimento, baseado na expansão das melhorias das condições de vida das pessoas.

181

6 – Brasil – País rico extremamente desigual em sua distribuição de renda

Apesar do bom resultado, demonstrado no tópico IV deste texto, que se refere à diminuição da Pobreza Absoluta e da Pobreza Extrema no Brasil no período assinalado entre 1995 e 2008, o pesquisador Marcelo Neri (2010), ressalta que a desigualdade de renda medida pelo índice de Gini¹ no Brasil ainda está abaixo dos padrões dos países de primeiro mundo. O coeficiente de Gini brasileiro em 2010 estava em 0,5304, acima do de 0,42 dos Estados Unidos.

No gráfico 5, abaixo, verificamos a assertiva de que trata Marcelo Neri. A queda do coeficiente de Gini entre os anos de 1992 e 2009.

¹ O Coeficiente de Gini é uma medida de desigualdade desenvolvida pelo estatístico italiano Corrado Gini, e publicada no documento "Variabilità e mutabilità" ("Variabilidade e mutabilidade" em italiano), em 1912. É comumente utilizada para calcular a desigualdade de distribuição de renda mas pode ser usada para qualquer distribuição. Ele consiste em um número entre 0 e 1, onde 0 corresponde à completa igualdade de renda (onde todos têm a mesma renda) e 1 corresponde à completa desigualdade (onde uma pessoa tem toda a renda, e as demais nada têm). O índice de Gini é o coeficiente expresso em pontos percentuais (é igual ao coeficiente multiplicado por 100). http://pt.wikipedia.org/wiki/Coeficiente_de_Gini.

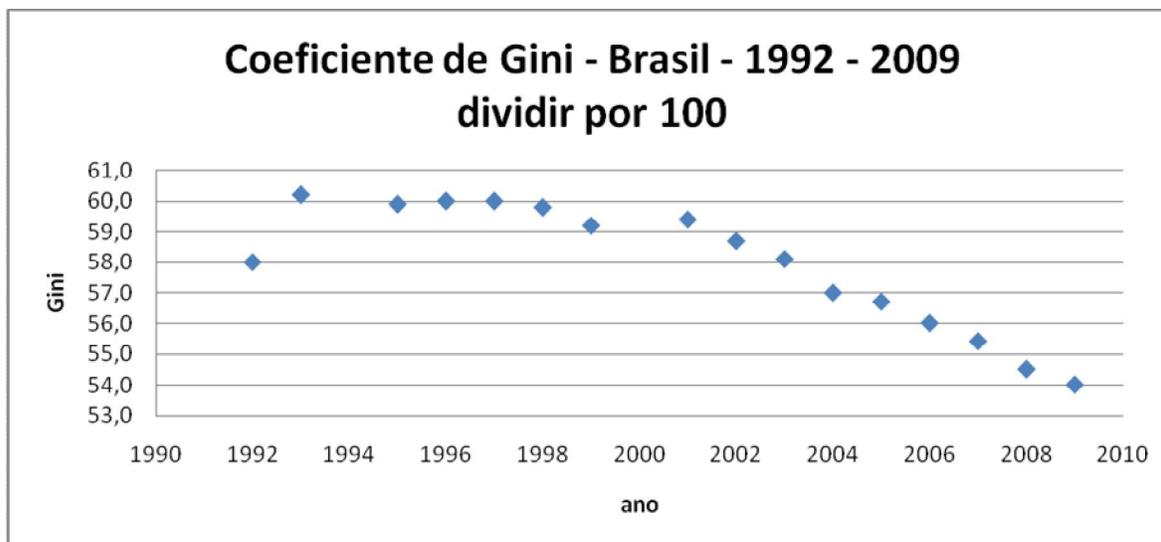


Gráfico 5: Medição da desigualdade de renda no Brasil – índice de Gini – 1992 / 2009
 Fonte: Microdados da Pnad (IBGE-2010). Formatação: João Carlos Peixe – 2012

No gráfico 6, abaixo, podemos notar que apesar dos dados Ipea (2010) e das perspectivas de eliminação da miséria no Brasil até 2016, vivemos ainda um quadro de extrema concentração de renda no Brasil.

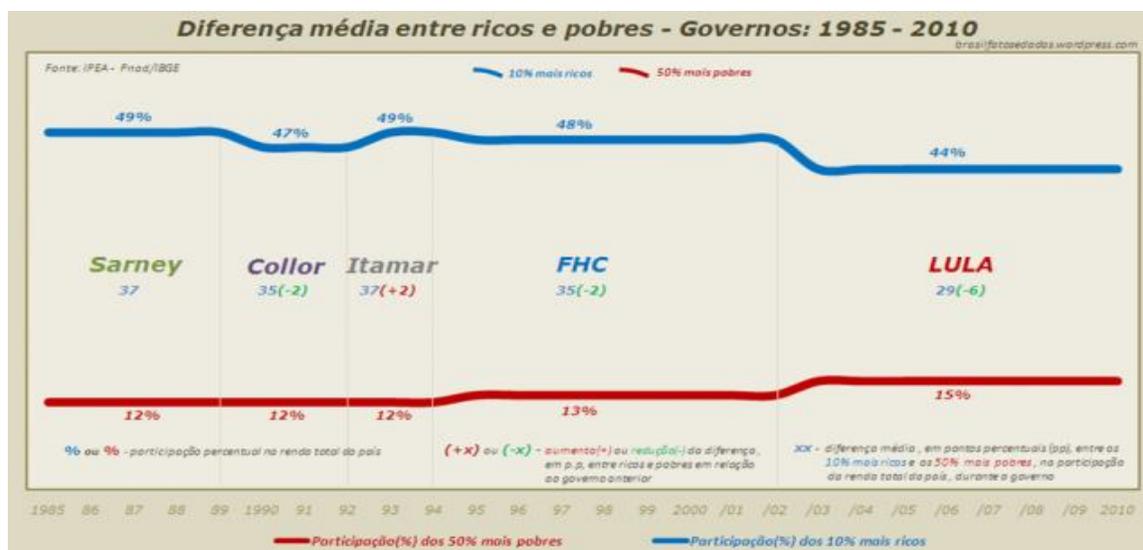


Gráfico 6: Diferença média entre ricos e pobres de 1985 a 2010.
 Fonte: Ipea – PNAD/IBGE (2010). Formatação: brasiliatosedados.wordpress 2010

Torna-se claro que apesar da diminuição das desigualdades apontadas no período dos governos Lula, onde 10% da população mais ricateve queda na concentração de renda de cerca de 9% em relação aos governos FHC e 50% da população mais pobre passou a concentrar 15% mais renda que nos períodos FHC, ainda assim 10% da

população mais rica continua a deter 44% da renda total do país e 50% da população mais pobre apenas 15% da renda total. Portanto, ainda estamos longe de uma ideal distribuição no Brasil.

Apesar de ter avançado em relação a períodos anteriores, o governo Lula mostrou-se inábil a tentativas de transformação estrutural.

Segundo Netto (2007):

“... as políticas hoje implementadas para o enfrentamento da pobreza estão longe de afetar positivamente níveis e padrões desejáveis.” (Netto, 2007, p. 159)

Netto (2007) define as ações governamentais como ultraliberais, dotadas de programas que visam desresponsabilizar o Estado e o setor público, privatizando serviços para setores populacionais que detêm alguma renda e prestando péssimos serviços públicos para um amplo segmento pauperizado. As políticas para os setores mais pauperizados da economia, continua Netto (2007), são políticas emergências e focalizadas, não apresentando resultados sustentáveis, prendendo seu público a amarras assistencialistas. Segundo Netto (2007), são políticas de caráter:

“...inteiramente fantasioso dessa fictícia “evolução”...” (Netto, 2007, p. 160)

7 – O Bolsa Família como Programa de combate à pobreza no Brasil

Segundo Sonia Rocha (2004), o declínio da desigualdade de renda no Brasil, anotado até aquele momento, devia-se principalmente a dois fatores:

“Em primeiro lugar, ao comportamento do mercado de trabalho: em razão de um desempenho econômico fraco e da política de valorização do salário mínimo, ocorreram ganhos de rendimento maiores para os trabalhadores na base da distribuição. Em segundo, ao aumento do valor e da cobertura das transferências de renda, sejam as constitucionais, vinculadas ao salário mínimo, sejam aquelas associadas aos “novos” programas de transferência, hoje reunidos sob o guarda-

chuva do Bolsa Família.” (Rocha, 2004, pp. 131-132)

Combater o trabalho infantil e aumentar o grau de instrução dos mais pobres também são fins almejados por programas como o Bolsa-Família.

De acordo com Lena Lavinias (1997), existem pontos comuns nos programas de renda mínima em todo o mundo. Entre eles temos:

- Uma tendência que anteriormente era universalista, ou seja, todos tinham o mesmo direito de se inscrever e receber o benefício do programa, hoje pende à focalização existindo critérios para que o benefício seja concedido, excluindo desta forma, vários indivíduos ou famílias do público apto a participar do programa.
- Ser um direito subjetivo, isto é, atribuído com base em uma demanda feita pelo interessado;
- Direito condicional, ou seja, para que o requerente possa receber o programa de renda mínima, ele deve se enquadrar nas condições exigidas;
- Direito subsidiário, que significa um direito garantido financeiramente pelo Estado. (VARSANO & LAVINAS, 1997).

O Programa Bolsa Família (PBF) é um programa de transferência direta de renda com condicionalidades que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o País. O Bolsa Família integra o Plano Brasil Sem Miséria (BSM), que tem como foco de atuação os 16 milhões de brasileiros com renda familiar per capita inferior a R\$ 70 mensais, e está baseado na garantia de renda, inclusão produtiva e no acesso aos serviços públicos.

O Programa Família partiu de um universo de atendimento familiar em 2003 que totalizava 1,2 milhões de famílias, passando a atender 11,1 milhões de famílias em 2006, chegando a atender mais de 13 milhões de famílias em todo território nacional em 2012. O Programa tem vários tipos de benefícios: o básico, o variável, o variável vinculado ao adolescente (BVJ), o variável gestante (BVG) e o benefício variável nutriz (BVN). O valor do benefício pago pelo PBF varia de R\$ 32 a R\$ 306, de acordo com a renda mensal da família por pessoa, do número de crianças e adolescentes de até 17 anos e do número de gestantes e nutrizas componentes da família.

O PBF possui três eixos principais: transferência de renda, condicionalidades e ações e programas complementares. A transferência de renda promove o alívio imediato

da pobreza. As condicionalidades reforçam o acesso a direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social. Já as ações e programas complementares objetivam o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários consigam superar a situação de vulnerabilidade.

A gestão do Bolsa Família é descentralizada e compartilhada entre União, estados, Distrito Federal e municípios. Os entes federados trabalham em conjunto para aperfeiçoar, ampliar e fiscalizar a execução do Programa, instituído pela Lei 10.836/04 e regulamentado pelo Decreto nº 5.209/04.

O Bolsa Família seleciona as famílias com base nas informações inseridas pelo município no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. O Cadastro Único é um instrumento de coleta de dados que tem como objetivo identificar todas as famílias de baixa renda existentes no Brasil.

Com base nos dados do Cadastro Único, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) seleciona, de forma automatizada, as famílias que serão incluídas no PBF. No entanto, o cadastramento não implica a entrada imediata das famílias no Programa e o recebimento do benefício.

8 – Brasil 2012 – dados estruturais

Alguns dados, analisados, quase uma década após a implantação do Programa Bolsa Família podem ser elucidativos quanto ao impacto dessa ação sobre a pobreza no Brasil. Associado a políticas de transferência de renda via aumento real do salário mínimo, apresentados no gráfico 7 abaixo.

Com o transcorrer dos dados descritos a seguir poderemos relativizar os virtuais avanços que nos apontam estudiosos da área econômica no Brasil. Confrontando às afirmativas de José Paulo Netto (2007), anteriormente citadas, segundo Netto (2007) pouca coisa foi transformada nas estruturas da economia brasileira, como pudemos notar no gráfico número 6 (Diferença média entre ricos e pobres de 1985 a 2010), página 15 deste texto.



Gráfico 7: Evolução do SMR – Brasil – 1985 a 2010
 Fonte: Ipea – IBGE (2010).
 Formatação: brasifatosedados.wordpress 2010

A impressão é a de que mesmo em momentos de crescimento contínuo da economia brasileira, aproveitando-se de crises internacionais do sistema capitalista desde 2008, os avanços foram medíocres e baseados em ações que arranham a realidade extremamente desigual brasileira, não chegando, portanto a interferir seriamente na lógica de acumulação cruel, que afeta o país. O Brasil tem conseguido se manter graças à explosão de crescimento chinês e sua demanda por matérias primas para a indústria, como também graças ao setor agroindustrial nacional exportador. Tal confirmação pode ser elucidada ao analisarmos os gráficos 8 e 9 que seguem e dizem respeito ao conjunto das exportações em 2002 e 2010, respectivamente.



Gráfico 8: Exportações Brasil 2002. Fonte: Secex – MDIC
 Formatação: brasifatosedados.wordpress 2010



Gráfico 9: Exportações Brasil 2010. Fonte: Secex – MDIC

Formatação: brasifatosedados.wordpress 2010

Podemos notar que houve um incremento no total arrecadado nas exportações entre 2002 e 2010, que passou de 60 bilhões de dólares para 202 bilhões de dólares. Contudo, em 2010 continuamos um país exportador de *comodities*, facilmente constatado ao notarmos as primeiras colocações de nossos produtos exportados em 2010: Minério de ferro, petróleo, soja, insumos para indústria automobilística mundial, aves, etc.

No que tange a modificações estruturais que afetem a vida dos brasileiros, desvantajosamente incluídos nas faixas inferiores de renda e de não-acesso a direitos, temos a continuidade de uma péssima qualidade de ensino, saúde, e saneamento básico.

Temos ampliação da criação de empregos, como podemos notar no gráfico 10, abaixo, contudo nos deparamos com um Mercado de Trabalho extremamente excludente, quando abordamos a formalidade descrita pelas consolidações firmadas na Constituição de 1988.



Gráfico 10: Desemprego – Taxa média anual(%)
Fonte: IBGE/PME/PEA % de desocupados – 1985 - 2010
Formatação: brasifotoseadados.wordpress 2010

Potencialmente calcado na informalidade e no subemprego, nosso mercado de trabalho, exclui camada importante da população economicamente ativa dos direitos trabalhistas acolhidos no leque da CLT.

Temos políticas habitacionais que não dão conta da totalidade da população sem teto, o que contribui para um tendência crescente de acúmulo fundiário.

Podemos concluir que as melhoras notadas, ao analisarmos o gráfico 11, abaixo, têm que ser reforçadas por políticas públicas que contemplem uma melhora substancial do IDH² no Brasil. Como afirmam Netto (2007) e Sen (1999), não podemos calcar as taxas de desenvolvimento de uma nação apenas no seu crescimento econômico.

² O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida comparativa usada para classificar os países pelo seu grau de "desenvolvimento humano" e para separar os países desenvolvidos (muito alto desenvolvimento humano), em desenvolvimento (desenvolvimento humano médio e alto) e subdesenvolvidos (desenvolvimento humano baixo). A estatística é composta a partir de dados de expectativa de vida ao nascer, educação e PIB (PPC) per capita (como um indicador do padrão de vida) recolhidos a nível nacional. http://pt.wikipedia.org/wiki/%C3%8Dndice_de_Desenvolvimento_Humano

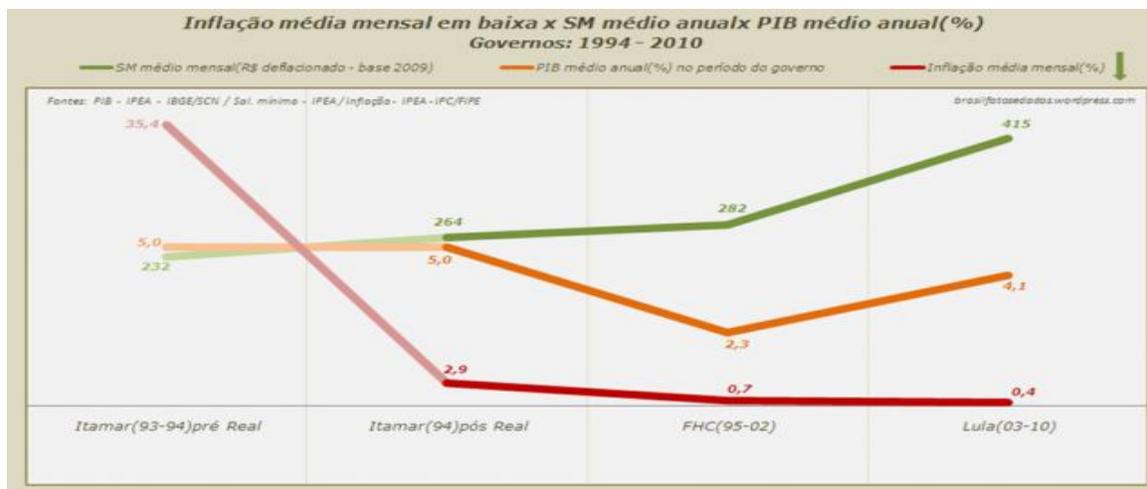


Gráfico 11: Inflação média mensal x Salário Mínimo anual x PIB médio anual(%) – 1994 a 2010
 Fonte: PIB – Ipea/IBGE, Salário Mínimo: Ipea, Inflação: Ipea / IPC-FIPE - 2010
 Formatação: brasilfotosdados.wordpress 2010

Enfim, o Brasil avança a passos curtos, nos dando uma impressão de estabilidade econômica e política frente a crises internacionais, mas sem transformar estruturalmente sua sociedade, o que pode ser um erro crucial frente a perspectivas de se alcançar um cenário de prosperidade que inclua todos os brasileiros.

9 – Considerações finais

Quanto ao Programa Bolsa Família, analisando os dados disponibilizados conclui-se que efetivamente o Programa Família tem atingido os objetivos que se desejam de uma Política Pública de Transferência de Renda séria, apesar de não garantir de uma vez por todas a mobilidade dessas famílias hoje auxiliadas. Visto que para isso, o Estado brasileiro deveria, segundo Sonia Rocha (2003) investir 2.9% do PIB por ano no Programa a fim de aplicar substanciais recursos em educação de qualidade e políticas de geração de emprego.

Com uma estrutura organizacional descentralizada que permite a gestão participativa de governos municipais em conjunto com o governo federal obtém-se resultados otimizados e mais focados. Há a necessidade de um envolvimento dos Governos Estaduais o que ainda não se caracteriza na totalidade da federação.

Os critérios de elegibilidade das famílias a serem atendidas estão bem delineados e regulados, obviamente desvios existem e sempre existirão, mas a margem certamente é prevista e tende a diminuir com um maior afinamento e

controle como também por uma ação cívica apropriada dos que não tem direito e se excluam por própria vontade. A vinculação do Bolsa Família a condicionais como saúde e educação já é em si uma forma de controle para obtenção dos benefícios, uma vez que recadastramentos ocorrem mediante apresentação de carteira de vacinação em postos de saúde e avaliação escolar em escolas, entre outros pontos.

Os resultados em longo prazo deverão estar atrelados a políticas públicas de inclusão total ao ensino e ao pleno emprego, uma vez que o Bolsa Família é o primeiro estágio para o desenvolvimento de políticas públicas que acabem de vez com a extrema pobreza no país, incluindo a totalidade da população brasileira num estágio de cidadania plena.

Com relação a análise dos dados abordados, macroestruturais, passarei abaixo a tentar listar os desafios a que está submetida à sociedade brasileira, rumo a um cenário de menores desigualdades.

A partir do modelo de desenvolvimento pelas liberdades idealizado por Amartya Sen (1999), reforçados por José Paulo Netto (2007), e dos dados do IPEA(2010) que demonstram uma tendência positiva e ascendente em relação ao desenvolvimento humano no Brasil, tentarei traçar alguns desafios para os próximos anos.

O primeiro desafio seria o de manter as taxas de crescimento do PIB brasileiro, as taxas apontadas por especialistas variam, mas fundamental é um crescimento sustentável. Para atingir essa meta o Brasil deve controlar a inflação, mantendo-a a taxas que devem ser menores que as das pretendidas para o crescimento. Deverá ainda reduzir as taxas de juros que dificultam o crédito a iniciativas de livre investimento e equalizar o câmbio, que ao manter o Real supervalorizado prejudica a indústria nacional, conseqüentemente a balança comercial. Contudo devemos entender que crescimento de PIB *percapita* depende da pujança de um Estado financiador de sua economia e garantidor de estabilidade social.

O segundo desafio é aumentar o percentual orçamentário federal de investimento para educação e saúde. Maiores investimentos em educação são ainda necessários para que o Brasil possa fornecer educação de qualidade a todos os brasileiros, independentemente das regiões ou espaços urbanos que habitem. Mesmo um incremento de mais 5% do PIB, somados aos atuais 2,4% do PIB, não traria de imediato, em curto

prazo, resultados amplamente positivos, sendo necessária então, a manutenção desses níveis de investimento em médio prazo.

Para a saúde, igualmente em estado deplorável, apesar de não encontrarmos depreciação sistemática para o cálculo do IDH brasileiro, necessita-se maior investimento aliado a uma gestão republicana e competente. Talvez esta variável não venha comprometendo o cálculo do IDH brasileiro por estar ligada à longevidade, mas devemos lembrar que a taxa de natalidade vem caindo, o que contribui para o equilíbrio desse quesito. O que certamente é um desafio é a gestão da saúde no Brasil. Combater a corrupção e diminuir a impunidade nesse setor é fundamental para que a população passe a desfrutar de um atendimento *humano*. É lamentável assistirmos ao descalabro que assola o sistema de saúde no Brasil, onde os que podem pagar por planos privados de saúde, enquanto os que não podem contar com o atendimento privado aguardam atendimento em filas e corredores de Hospitais Públicos, que mais se parecem com depósitos de seres humanos.

Um terceiro desafio é manter o atual sistema de participação política. A democracia, sem percalços, é recente no Brasil. Apesar de muitos acreditarem ser um direito adquirido e dado, Democracia para o atual desafio proposto é muito mais que o simples depósito de um voto a cada dois anos. Democracia é a liberdade de participação de todos nas decisões da nação, deve ser fomentada pelo governo e amplamente difundida pela sociedade civil. Sociedade civil ampliada, hegemônica e detentora das liberdades que a fazem igualitária e fraterna.

Somado a esse terceiro desafio, o que pode resultar das iniciativas populares, legitimamente representadas, participativas e inclusivas. Luta incessante pelos direitos das minorias, pelo respeito ao planeta do ponto de vista ambiental, pela justa aplicação dos impostos públicos em serviços, pelo decréscimo da judicialização em contrapartida a uma formulação republicana de direitos e deveres éticos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

192

AMARAL, Carlos (coord.). **Programas de renda mínima e Bolsa-Escola: concepção, gestão e financiamento.** Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/ppp.html>. Acesso em: 15/02/2005.

CAMPINEIRO, Débora Cury. **Programa de renda mínima, educação e saúde infantil: a experiência de Campinas.** Campinas: NEPP - UNICAMP, 1996. Monografia [s. n.]

LAVINAS, Lena; VARSANO, Ricardo. Programas de garantia de renda mínima e ação coordenada de combate à pobreza. Rio de Janeiro: IPEA, 1997. (Texto para discussão, n. 534).

MARSHALL, T. H.. (1967), **Cidadania, classe social e status.** Rio de Janeiro, Zahar.

NETTO, José Paulo. **Desigualdade, pobreza e Serviço Social.** In: Revista Em Pauta, n° 19. Rio de Janeiro: Faculdade de Serviço Social da UERJ, 2007.

PEIXE, J.C.M.D.S. **Brasil -Uma Década de Crescimento com Diminuição das Desigualdades.** In: 2° CodeIPEA. Chamada 2011, área 2- artigo32. Brasília: IPEA 2010.

RAMOS, Carlos Alberto. **O programa de garantia de renda mínima.** Rio de Janeiro: IPEA, 1994. (Texto para discussão, n. 357).

SILVA, Maria Ozanira Silva e. **Crise da sociedade salarial e renda mínima: nova forma de política social?** Campinas: NEPP - UNICAMP, 1996.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **Pobreza, desigualdade e políticas públicas: caracterizando e problematizando a realidade brasileira.** Revista. Katálysis [online]. 2010, vol.13, n.2.

SEN, Amartya; Tradução Laura Teixeira Motta. (2000), **Desenvolvimento como Liberdade.** 7° reimpressão, São Paulo, Companhia das Letras, PP.17 – 134.

ROCHA, Sônia. **Desigualdade regional e pobreza no Brasil: a evolução – 1981/95.** Rio de Janeiro: IPEA, 1998. (Texto para discussão, n. 567).

_____, Sonia. 2003. **Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?**, Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas, 244 p.

_____, S. *Os “Novos” Programas de Transferências de Renda: impactos possíveis sobre a desigualdade no Brasil.* IN: BARROS, R., FOGUEL, M. ULYSSEA (Org.). *Desigualdade de Renda no Brasil: uma análise da queda recente.* Brasília: IPEA, 2007, capítulos 18, volume 2.

Sítios Pesquisados na Internet

http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=1339:entrevistas-materias&Itemid=41- acesso 02/05/12, às 10:00hs.

193

http://www.pnud.org.br/projetos/pobreza_desigualdade/visualiza.php?id07=278- acesso 04/05/12, às 11:00hs.

<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia> - acesso 05/05/12, às 12:00hs.

<http://brasilfatedados.wordpress.com/> - - acesso 07/05/12, às 07:00hs.

http://www.brasil.gov.br/sobre/economia/indicadores/disoc_rdcg/indicadorview -- acesso 05/05/12, às 09:00hs.

<http://www.ipea.gov.br/pub/ppp.html>- acesso 09/05/12, às 15:00hs.

http://pt.wikipedia.org/wiki/%C3%8Dndice_de_Developmento_Humano - acesso 09/05/12, às 20:00hs.

[WWW.ipea.gov.br/code/chamada2011/pdf/area2/area2-artigo32.pdf](http://www.ipea.gov.br/code/chamada2011/pdf/area2/area2-artigo32.pdf) - acesso 12/05/12, às 06:00hs.